

IDENTIDADE PESSOAL E MEMÓRIA NO PENSAMENTO DE JOHN LOCKE. *Marícia Krewer, Ronie Alexandro Teles da Silveira* (Departamento de Ciências Humanas, Universidade de Santa Cruz do Sul, Grupo de Pesquisa “Memória e Cognição”).

Para Locke nada do que se pode observar pode nos dizer se há ou não uma pessoa diante de nós. Um corpo não é uma garantia de que haja uma pessoa contida nele. Uma pessoa é o conjunto de lembranças que possuímos de nós mesmos. Assim, só a própria pessoa pode saber de si mesma enquanto pessoa. Ela deve ser um ser pensante dotado de reflexão e que se mantenha estável ao longo do tempo. A identidade pessoal é, portanto, a soma do conjunto de lembranças de fatos e idéias do passado com a sua consciência atual. Para dar unidade a essa diversidade de momentos do passado entre si e com o momento presente, Locke afirma que é impossível que alguém perceba sem perceber que percebe, isto é, que a mesma consciência se repita em todas as percepções passadas. Se a mesma coisa se apresenta em todas essas percepções, isso parece significar que há um *mesmo* que permanece: a identidade. Nesse sentido, a memória é essencial para a constituição da identidade pessoal. Podemos dizer até que quem não possui memória acerca de si mesmo não possui identidade pessoal. Um primeiro problema que pode ser detectado é que nem sempre percebemos que percebemos, ou seja, não é óbvio que a autoconsciência esteja sempre presente. De fato, ela parece *poder* estar sempre presente mas não estar sempre presente. Um segundo problema (ainda não resolvido) é relativo à questão da prioridade epistemológica entre memória e identidade pessoal: a) é a memória que produz a identidade pessoal? ou b) a memória requer a identidade pessoal? Em qual delas, de fato, está o princípio que concede unidade ao conjunto de fatos e idéias isoladas? (PIBIC/CNPq e Universidade de Santa Cruz do Sul).